

AMBIENTE Agenda 21 nacional foi apresentada ontem por FHC, que criticou ênfase à pobreza na cúpula de Johannesburgo

Brasil lança plano para sustentabilidade

Marcia Gouthier/Folha Imagem

LEILA SUWWAN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Na cerimônia de lançamento da Agenda 21 do Brasil — conjunto de propostas de desenvolvimento sustentável para o país —, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o debate sobre a pobreza “não pode sufocar” a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que ocorre em setembro em Johannesburgo, África do Sul.

Principal subproduto da Eco-92, a Agenda 21 volta à mesa em agosto, quando os chefes de Estado do planeta se reúnem em Johannesburgo para avaliar quais das suas mais de 2.500 recomendações foram implementadas — e como fazer para que o sejam.

A agenda brasileira estabelece seis áreas temáticas: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, gestão dos recursos naturais, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia. Foi definida uma plataforma de 21 ações prioritárias rumo à sustentabilidade (veja quadro à direita).

Como forma de fortalecer a liderança do país no encontro, FHC pressionou o Congresso pela aprovação do Protocolo de Kyoto e da Lei de Preservação da Mata Atlântica. Além disso, comprometeu-se a criar, antes da cúpula, o Parque Nacional de Tumucumaque, no Amapá, que será, com 3,8 milhões de hectares (quase a área do Estado do Rio de Janeiro), o maior parque de floresta tropical do mundo.



FHC discursa em solenidade

“O tema da pobreza vai estar presente na reunião de Johannesburgo. Apenas não pode sufocar os outros temas. Tem de ser parte dessa noção mais ampla de sustentabilidade que implica uma visão mais harmônica do que seja a felicidade humana e o desenvolvimento de uma sociedade”, disse.

Além do lançamento da Agenda 21, cujo texto estava sendo discutido desde 1997, o presidente criou o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, na divisa entre Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, a Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, no Pontal do Paranapanema (SP), e a Reserva Extrativista do Rio Jutai (AM).

A criação do Parque de Tumucumaque não foi decretada ontem devido a dificuldades de negociação com os municípios da região e de conciliação de interesses de defesa nacional, já que o

parque ocupará cerca de dois terços da fronteira com a Guiana.

“Com toda dificuldade que há, acredito na persuasão e tenho força de persuasão. E, se não tiver, tenho poder”, disse FHC, sobre as ações que pretende agilizar para chegar a Johannesburgo com mais “força moral”.

A Agenda 21 brasileira será, agora, encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente para que seus compromissos sejam incorporados à proposta orçamentária e ao Plano Plurianual que cobre o período de 2004 a 2007.

Para evitar condicionar o cumprimento de suas metas aos compromissos financeiros do país com o FMI, a agenda propõe a criação de fundos de financiamento às ações de desenvolvimento sustentável, no mesmo molde dos fundos setoriais criados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para estimular a inovação, taxando empresas dos setores beneficiários.

FHC também enfatizou a necessidade de mudanças culturais na sociedade e no empresariado para priorizar o ambiente.

“Agora é importante que passemos tudo isso a marcos práticos, naturalmente com a prudência de sabermos que esses marcos práticos vão apenas trilhando um caminho de mudança cultural, que leva tempo”, afirmou.

No final do evento, FHC elogiou o ex-ministro Sarney Filho, que deixou a pasta do Meio Ambiente após o racha do PFL, e disse aspirar chegar a uma ONG para continuar ajudando a “construir o Brasil” após deixar a Presidência.

O QUE PROPÕE O DOCUMENTO

As 21 metas brasileiras rumo à sustentabilidade

- 1. Produção e consumo sustentáveis**
Promover uma campanha nacional contra o desperdício e restringir a produção de recicláveis
- 2. Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas**
Incentivar mecanismos de certificação e procedimentos voluntários de monitoramento
- 3. Retomada do planejamento estratégico**
Incorporar a dimensão ambiental aos eixos de desenvolvimento
- 4. Energia renovável**
Reestruturar o Proálcool e desvinculá-lo dos interesses do velho setor sucroalcooleiro
- 5. Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável**
Promover recursos financeiros para pesquisas na área e para a manutenção de pesquisadores no Brasil
- 6. Educação permanente para o trabalho e a vida**
Combater o analfabetismo funcional e valorizar o ensino profissionalizante
- 7. Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS**
Ampliar detecção precoce de hipertensão, diabetes, desnutrição e câncer
- 8. Inclusão social e distribuição de renda**
Baixar o índice de Gini, que mede distribuição de renda, de 0,6 para 0,4
- 9. Universalizar o saneamento ambiental**
Ampliar para 60% o tratamento secundário de esgotos na próxima década
- 10. Gestão do espaço urbano**
Tornar o Estado promotor do desenvolvimento urbano sustentável. Promover elaboração de planos diretores
- 11. Desenvolvimento sustentável do Brasil rural**
Promover o acesso à terra e a agricultura familiar
- 12. Promoção da agricultura sustentável**
Incentivar o manejo dos sistemas produtivos. Adotar rotulagem e o princípio da precaução para transgênicos
- 13. Promover a Agenda 21**
Elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável
- 14. Implantar o transporte de massa**
Promover a descentralização das cidades e a implantação de redes de metrô e trens rápidos
- 15. Preservar e melhorar as bacias hidrográficas**
Assegurar a preservação dos mananciais pelo estabelecimento de florestas protetoras e proteger margens de rios, recuperando suas matas ciliares
- 16. Política florestal e controle do desmatamento**
Limitar a concessão de créditos para a expansão da fronteira agrícola. Implantar corredores de biodiversidade em todos os biomas
- 17. Descentralização do pacto federativo**
Fortalecer o federalismo e definir as competências entre União, Estados e municípios
- 18. Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos**
Estabelecer termos de compromisso para a solução de passivos ambientais amparados por garantias bancárias
- 19. Relações internacionais e governança global**
Fortalecer as Nações Unidas como organismo representativo
- 20. Formação de capital social**
Expandir os incentivos fiscais ao terceiro setor, promover oportunidades para os negros, fortalecer o papel da mulher e proteger os indígenas da biopirataria
- 21. Pedagogia da sustentabilidade**
Adotar o princípio da responsabilidade corporativa

Editoria de Arte/Folha Imagem